

***Políticas de Gestão de Riscos de Branqueamento de
Capitais e Financiamento do Terrorismo***

Versão 1.0

Novembro 2017

GRUPO NOVO BANCO

ÍNDICE

1. OBJETIVOS.....	4
2. ACRÓNIMOS	4
3. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR	5
INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL	5
NORMAS E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS, LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E NORMAS RELEVANTES DO BANCO DE PORTUGAL.....	5
LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NACIONAL.....	6
NORMAS REGULAMENTARES DO BANCO DE PORTUGAL	8
4. MODELO DE RISCO	9
REVISÃO DO MODELO DE RISCO	10
5. POLÍTICA DE ACEITAÇÃO DE CLIENTES.....	10
5. CONTROLOS MITIGADORES DOS FATORES DE RISCO	11
5.1 <i>KNOW YOUR CUSTOMER (KYC)</i>	11
5.2 FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	11
5.3 RELAÇÕES DE CORRESPONDÊNCIA BANCÁRIA	12
5.4 PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS – PEP’S (RESIDENTES OU NÃO RESIDENTES)	12
5.5 BENEFICIÁRIOS EFETIVOS.....	13
5.6 ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	13
5.7 <i>KNOW YOUR TRANSACTIONS (KYT)</i>	13
5.8 COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS	14
5.9 COLABORAÇÃO COM AS AUTORIDADES	14
5.10 <i>KNOW YOUR PROCESS (KYP)</i>	14
5.11 APROVAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS – PROCESSO DE <i>SIGN-OFF</i>	15
5.12 JURISDIÇÕES DE RISCO ACRESCIDO.....	15
6. REGIME DE SANÇÕES E MEDIDAS RESTRITIVAS	15
6.1 <i>WOLFSBERG AML QUESTIONNAIRE</i>	16
6.2 <i>USA PATRIOT ACT CERTIFICATE</i>	16
7. FORMAÇÃO	16
9. ACOMPANHAMENTO DE SUCURSAIS E SUBSIDIÁRIAS.....	18

9.1	APLICAÇÃO ÀS ENTIDADES DO GRUPO NOVO BANCO	18
9.2	MODELOS DE ARTICULAÇÃO.....	18
10	CONSERVAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	18
11	PROTEÇÃO DE DADOS	18
12.	CONTROLO INTERNO E AUDITORIAS.....	19
13.	PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO SETORIAIS	19
14.	PROPRIEDADE, INTERPRETAÇÃO, VALIDADE E REVISÃO PERIÓDICA	19
15.	GESTÃO DE ALTERAÇÕES.....	20
ANEXOS		21
LISTA DOS PAÍSES NÃO COOPERANTES DIVULGADA PELO FATF/GAFI		21
LISTA DE PAÍSES, TERRITÓRIOS E REGIÕES COM REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA CLARAMENTE MAIS FAVORÁVEIS		22
ANEXO III DA LEI N.º 83/ 2017, DE 18 DE AGOSTO- LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS ELEVADO, EM ACRÉSCIMO ÀS SITUAÇÕES ESPECIFICAMENTE PREVISTAS NA PRESENTE LEI		23

1. OBJETIVOS

O presente documento visa:

- Estabelecer os princípios definidores, parâmetros de ação e de diligência que devem ser adotados pelas entidades que integram o Grupo Novo Banco (GNB) em matéria de prevenção, deteção, gestão e mitigação dos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, assim como para o efetivo cumprimento das medidas restritivas e sanções internacionais;
- Garantir o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao Terrorismo;
- Salvaguardar a exposição do Novo Banco (NB) e do Grupo Novo Banco (GNB) a situações que incorporem um risco potencial de configurarem o crime de branqueamento de capitais e/ou financiamento do terrorismo;
- Definir os vetores de atuação do Modelo de risco adotado, papéis e responsabilidades nesta matéria.

2. ACRÓNIMOS

Acrónimo	Definição
NB	Novo Banco
GNB	Grupo Novo Banco
BdP	Banco de Portugal
FATF/GAFI	Financial Action Task Force/Grupo de Ação Financeira Internacional
KYC	<i>Know Your Customer</i>
KYT	<i>Know Your Transaction</i>
KYP	<i>Know Your Process</i>
PEP	Pessoa Politicamente Exposta
PBCFT	Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
BCFT	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
PGR	Procuradoria-Geral da República

UIF	Unidade de Informação Financeira
RBA	<i>Risk Based Approach</i>

3. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR

INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

- **Denominação:** Novo Banco, S.A.
- **Morada:** Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250-142 Lisboa, Portugal
- **Código SWIFT:** BESCPTPL
- **Natureza jurídica:** Sociedade anónima
- **N.º de Pessoa Coletiva e Matricula na C.R.C. de Lisboa:** 513 204 016
- **Endereço Eletrónico:** www.novobanco.pt
- **Órgãos Sociais:** www.novobanco.pt (Homepage Institucional> NOVO BANCO> Governance> Órgãos Sociais)
- **Presença internacional:** www.novobanco.pt (Home> Para si> Informação útil> Contactos> Rede de Agências> Balcões> Presença Internacional)
- **Capital social:** €. 5.900.000.000,00
- **Acionista:** Nani Holdings, SGPS, S.A. (75%) e Fundo de Resolução (Pessoa Coletiva de Direito Público (25%) - <http://www.fundoderesolucao.pt/pt-PT/ofundo/Paginas/OFundo.aspx>)
- **Entidades Setoriais de Supervisão:** Banco Central Europeu (www.ecbc.europa.eu), Banco de Portugal (www.bportugal.pt) e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).
- **Auditores Externos:** PwC – PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.
Contacto: Chief Compliance Officer – Departamento de Compliance
Morada: Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250-142 Lisboa, Portugal
Telefone: + 351 213 804 536
Fax: +351 213 804 581
E-mail: compliance@novobanco.pt

NORMAS E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS, LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E NORMAS RELEVANTES DO BANCO DE PORTUGAL

O GNB respeita e cumpre com todos os quadros legislativos e regulamentares europeus e normas nacionais.

- **Diretiva (UE) 2016/2258 do Conselho, de 6 de dezembro de 2016**, relativa ao acesso às informações anti-branqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais.

- **Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015**, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento ao terrorismo.
- **Regulamento (UE) 2015/847 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015**, que estabelece as informações sobre o ordenante que devem acompanhar as transferências de fundos.
- **Regulamento (CE) 1889/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005**, relativo ao controlo das somas em dinheiro líquido que entram ou saem da União Europeia.
- **Regulamento Delegado (UE) 2016/1675 da Comissão, de 14 de julho de 2016**, que completa a Diretiva (EU) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante a identificação dos países terceiros de risco elevando que apresentam deficiências estratégicas.
- **40 Recomendações do FATF/GAFI**, sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, datadas de 1990, com revisão em 1996, 2003, 2004 e 2012), com integração na última revisão das 9 recomendações em matéria de financiamento do terrorismo, consideradas *standards* internacionais nestas matérias, na avaliação mútua do grau de observância desses mesmos *standards* por parte dos respetivos membros, bem como na identificação de novos riscos e de metodologias de combate a atividades criminosas¹.
- **Princípios AML² do Grupo Wolfsberg³**

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO NACIONAL

- **Código Penal** – artigo 368.º - A, relativo à tipificação do crime de branqueamento.
- **Código Penal** – artigo 11.º, relativo à criminalização de pessoas coletivas pela prática de crimes de branqueamento de capitais.
- **Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de setembro**, que estabelece o regime de conversão dos valores mobiliários ao portador em valores mobiliários nominativos, em execução da Lei n.º 15/2017, de 3 de maio.
- **Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto**, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas.
- **Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto**, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2017 – 2019.

¹ Portugal é membro do GAFI desde 1990.

² AML – *Anti Money Laundering*

³ O Grupo *Wolfsberg* é composto por algumas das principais instituições financeiras internacionais: Banco Santander, Bank of America, Bank of Tokyo – Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, J.P. Morgan Chase, Société Générale, Standard Chartered Bank e UBS.

- **Lei n.º 92/2017, de 22 de agosto**, que obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a 3 000 euros.
- **Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto**, que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (data de entrada em vigor: 16 de novembro de 2017).
- **Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto**, que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
- **Lei n.º 72/2015, de 20 de julho**, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2015-2017.
- **Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto**, que estabelece medidas de combate ao terrorismo.
- **Lei n.º 11/2002, de 16 de fevereiro**, que define o regime penal de incumprimento das sanções financeiras ou comerciais impostas por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou regulamento da UE.
- **Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro**, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira e prevê um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado relativamente a diversos tipos de crime, entre os quais o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.
- **Lei n.º 4/83, de 2 de abril**, que estabelece o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos.
- **Despacho nº 9125/2013, de 1 de julho** (publicado no D.R., 2.ª série, de 12 de julho de 2013), que determina a constituição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de proceder – através de estudo dos novos Padrões do GAFI e do levantamento dos instrumentos normativos, institucionais e operacionais em vigor, relativos a todas as matérias por ele cobertas – à elaboração das propostas de alterações legislativas, regulamentares e operacionais, necessárias para assegurar a conformidade com aqueles Padrões.
- **Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro** (na versão introduzida pelo Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro), que aprova o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica [relevando especificamente o disposto nos artigos 10º/2/g) (autorização e requisitos gerais de constituição), 11º/1/g) (instrução do pedido de autorização de constituição), 16º/3 (revogação de autorização), 18º/2/b) (mecanismos de controlo interno utilizados pelos agentes), 25º (recusa ou cancelamento do registo), 26º/2 (atividade em Portugal de instituições com sede noutros Estados membros) e 35º/7 (competências supervisivas do Banco de Portugal)].
- **Decreto-Lei n.º 61/2007, de 14 de março**, que aprova o regime jurídico aplicável ao controlo dos montantes de dinheiro líquido, transportado por pessoas singulares, que entram ou saem da UE através do território nacional, bem como ao controlo dos movimentos de dinheiro líquido com outros Estados-Membros da UE.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2015, de 1 de outubro**, que cria a Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.
- **Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de dezembro**, relativa à alteração da Portaria n.º 150/2004, a qual estabelece a lista de países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada.

NORMAS REGULAMENTARES DO BANCO DE PORTUGAL

- **Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2016, de 30 de setembro**, que estabelece os deveres de registo e comunicação ao Banco de Portugal de operações correspondentes a serviços de pagamento e que tenham por beneficiária pessoa singular ou coletiva sediada em ordenamento jurídico *offshore*.
- **Aviso n.º 5/2013, do Banco de Portugal de 18 de dezembro (inclui alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2014, de 28 de fevereiro)**, que visa regular as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo previstos no Capítulo II da lei⁴, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal.
- **Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2012, de 17 de maio**, que aprova o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (RPB), estabelecendo o seu preenchimento anual e envio ao Banco de Portugal através do sistema BPnet.
- **Instrução do Banco de Portugal n.º 46/2012, de 17 de dezembro**, que aprova o Questionário de Autoavaliação (QAA) em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, estabelecendo o seu preenchimento anual e envio ao Banco de Portugal através do sistema BPnet.
- **Aviso do Banco de Portugal nº 7/2009, de 16 de setembro**, que veda a concessão de crédito a entidades sediadas em jurisdição *offshore* considerada não cooperante ou cujo beneficiário último seja desconhecido.
- **Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, de 18 de dezembro**, que define os princípios e requisitos mínimos a que deve obedecer o sistema de controlo interno das instituições financeiras.

⁴ Lei nº. 25/2008, de 5 de julho, revogada pela Lei n. 83/2017, de 18 de agosto.

4. MODELO DE RISCO

A definição de um modelo eficaz de gestão de riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (Modelo de Risco), com práticas adequadas à identificação, avaliação, gestão, controlo e comunicação dos riscos a que o GNB está, ou poderá vir a estar sujeito neste âmbito, tem sido assumida como uma prioridade para efeitos de cumprimento dos objetivos estratégicos devidamente alinhados com o modelo de negócio do Grupo, compromissos assumidos com os *stakeholders* e requisitos regulamentares vigentes.

O órgão de administração é responsável pelo estabelecimento e atualização anual do grau de tolerância ao risco da Instituição, pelo acompanhamento do perfil de risco efetivo e pela garantia de conformidade entre ambos.

A estrutura orgânica do Departamento de *Compliance*, as suas atribuições e competências foram aprovadas pelo órgão de administração.

Assegurando a independência da função de controlo, vertida no “*Regulamento da Função Compliance*”, o grau de tolerância ao risco para o GNB e para as suas principais unidades de negócio consubstancia-se no respeito pelos princípios definidores incutidos nas “*Compliance Policies and Guidelines for NB Group financial entities*”, de acordo com uma metodologia adaptada às circunstâncias e realidade legal de cada unidade / mercado, tendo por matriz o princípio *Risk Based Approach* (RBA), o nível de risco percecionado e o grau de exposição do Grupo.

Na sequência do definido nas “*Compliance Policies and Guidelines for NB Group financial entities*”, foi aprovado pelo Conselho de Administração o documento “Modelo de Gestão de Riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo”.

Neste contexto, o Modelo de Risco adotado é pautado por um ambiente de controlo que assegura a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis estabelecidos pelo grau de tolerância ao risco definido, bem como pelos limites estabelecidos em função da tipologia dos riscos elencados como aceitáveis para cada atividade relevante, considerando igualmente as recomendações dos órgãos supervisores e reguladores e as melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

O Modelo de Risco estabelece, assim, como principais vetores de mitigação, programas adequados de *Know Your Customer (KYC)*, *Know Your Transactions (KYT)* e *Know Your Process (KYP)*, encontrando-se implementado e definido em manuais de procedimentos e normativos internos específicos, bem como em documento próprio, assegurando não só o cumprimento legal e regulamentar estabelecido, mas também o elenco do racional e mecanismos subjacentes às políticas assumidas pela instituição para a gestão destes riscos em concreto.

REVISÃO DO MODELO DE RISCO

Não sendo o processo de gestão de riscos PBCFT um exercício pontual, mas um processo contínuo, dinâmico e cíclico, a revisão do Modelo adotado e políticas correspondentes é efetuada periodicamente sempre que se verifiquem alterações regulamentares ou necessidades excepcionais de ajuste das parametrizações existentes.

5. POLÍTICA DE ACEITAÇÃO DE CLIENTES⁵

O estabelecimento de qualquer relação de negócio é enquadrado no respeito dos requisitos legais e regulamentares em vigor e, neste contexto, deve ser objeto de **não-aceitação** quando se trate:

- De contrapartes cuja reputação, em fontes credíveis, surja associada a atividades de cariz criminal ou cuja atividade torne inviável, ou de difícil comprovação, o conhecimento da origem do património;
- De contrapartes que no processo de abertura de conta, recusem a entrega de informação ou documentação que seja entendida como necessária ao cabal cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se o banco se encontra sujeito.
- De bancos de fachada, entidades que exerçam atividade própria ou equivalente à de uma entidade financeira, que sejam constituídas em país ou jurisdição em que não disponham de presença física que envolva uma efetiva direção e gestão, não configurando presença física a mera existência de um agente local ou funcionários subalternos, que não se integrem num grupo financeiro regulado;
- Contas correspondentes de transferência (*payable through accounts*)⁶ - “*Contas tituladas pelos correspondentes que, diretamente ou através de uma subconta, permitem a execução de operações, por conta própria, por parte dos clientes do respondente ou outros terceiros*”: o GNB não fornece este tipo de serviço;
- Contas anónimas, numeradas ou com nomes fictícios⁷: o GNB não fornece aos seus clientes contas anónimas ou numeradas;
- De entidades sancionadas, nomeadamente integrando listagens internacionais de referência obrigatória no circuito bancário;
- De quaisquer outros requisitos locais adicionais, considerados relevantes no contexto da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.

⁵ O conceito de “Cliente”, deverá ser entendido de forma abrangente, incluindo clientes de relações de negócio, clientes de transações ocasionais, representantes de clientes e pessoas autorizadas a atuar por conta do cliente.

⁶ Nos termos do Artigo 2.º, Alínea m) da Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto.

⁷ Nos termos do Artigo 64.º da Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto.

Decorrente da análise dos riscos de branqueamento de capitais que motivem a adoção de medidas reforçadas⁸, nomeadamente, as situações legalmente indicadas como de risco de potencialmente mais elevado⁹, as relações de negócio novas ou existentes que se integrem nestas situações ou noutras definidas internamente pelo GNB em função do seu grau de risco, serão alvo de **aceitação condicionada** (sujeita a escrutínio do Departamento de Compliance).

5 CONTROLOS MITIGADORES DOS FATORES DE RISCO

5.1 KNOW YOUR CUSTOMER (KYC)

No âmbito do estabelecimento e acompanhamento das relações de negócio com clientes, e em cumprimento dos deveres gerais regulamentares impostos, nomeadamente a verificação da identidade e diligências aplicáveis¹⁰, encontram-se implementados processos e procedimentos com recurso a ferramentas informáticas, que se aplicam de forma transversal aos riscos identificados, permitindo classificar os clientes quanto ao seu perfil de risco.

Além dos processos e procedimentos genéricos adotados, com base nos requisitos legais e regulamentares definidos e tendo em conta uma gestão mais eficaz dos riscos inerentes ao BCFT, são adotados processos e procedimentos específicos para fatores e tipos de risco potencialmente mais elevado, nomeadamente no que se refere a **Relações de Correspondência** (fora da União Europeia), **Pessoas Politicamente Expostas** (residentes e não residentes), **Titulares de cargos Políticos ou Públicos** e **Beneficiários Efetivos**.

5.2 FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

O Financiamento do Terrorismo é um fenómeno à escala global com graves repercussões na reputação das instituições financeiras e para o qual todos devemos estar particularmente atentos.

Considera-se crime de Financiamento ao Terrorismo quando alguém por quaisquer meios, direta ou indiretamente fornece, recolhe ou detém fundos, bens, produtos, ou direitos passíveis de serem transformados em fundos, com o objetivo de serem utilizados no planeamento ou prática de atos terroristas, estando as condutas e punibilidade previstas legalmente definidas¹¹.

⁸ Nos termos do Artigo 36.º da Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto, que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho.

⁹ Enumeradas no Anexo III da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

¹⁰ Em conformidade com o disposto no Artigo 23.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto – Dever de identificação e diligência.

¹¹ De acordo com a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, Artigo 2.º - Definições, alínea s) “*Financiamento do terrorismo*”, *as condutas previstas e punidas pelo artigo 5.º-A da Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, Lei de combate ao terrorismo, alterada pelas Leis n.º 59/2007, de 4 de setembro, 25/2008, de 5 de junho, 17/2011, de 3 de maio, e 60/2015, de 24 de junho.*

Assim, e, no **cumprimento dos deveres preventivos do financiamento do terrorismo** foi estabelecida uma lista exemplificativa de fatores e indicadores de risco deste fenómeno criminal, elaborada de acordo com as melhores práticas internacionais e devidamente divulgada pelas respetivas áreas comerciais para que as mesmas possam com base no conhecimento que detém do cliente (*KYC*) e do seu perfil transacional (*KYT*), identificar comportamentos e/ou operações potencialmente suspeitos.

5.3 RELAÇÕES DE CORRESPONDÊNCIA BANCÁRIA

As aberturas de relações de correspondência bancária (incluindo contas e RMA's) são sujeitas a um processo de cálculo *scoring*, no qual a domiciliação em país terceiro é valorizada, resultando em classificação de risco relevante.

A avaliação de risco efetuada visa a compreensão da natureza da atividade desenvolvida pela contraparte e se a mesma se encontra devidamente licenciada, a aferição se as suas políticas e procedimentos estão em linha com as melhores práticas internacionais, a identificação da sua estrutura acionista e membros do *Board* e se detém referências negativas (*negative news*), no domínio BCFT, procedendo-se igualmente à execução de procedimentos complementares de identificação legalmente previstos¹².

São igualmente produzidas respostas a pedidos de *Due Diligence* (*KYC/KYT*) de correspondentes bancários, no âmbito da PBCFT.

5.4 PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS – PEP'S (RESIDENTES OU NÃO RESIDENTES)

No estabelecimento de relações de negócio, o Banco procede à recolha de informação declarativa no que concerne ao exercício de cargo político/público (PEP).

Neste contexto, sempre que no início ou no decurso de uma relação negocial se identifique que um cliente exerce cargos públicos, enquadráveis no conceito de PEP¹³, a autorização do estabelecimento de relações de negócio, obriga à intervenção de níveis hierárquicos superiores. O mesmo se verifica para “membros próximos da família” de um PEP, bem como para “pessoas reconhecidas como estreitamente associadas” com um PEP.

¹² Em conformidade com o disposto no Artigo 27.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto – “Obtenção da finalidade e natureza da relação de negócio, origem e destino dos fundos da relação de negócio ou transação ocasional e o acompanhamento contínuo da relação de negócio em função do perfil de risco do cliente”.

¹³ Nos termos do artigo 2.º Definições – Alínea cc), dd), i), ii) e iii) da Lei n. 83/2017, de 18 de agosto, cc) “Pessoas politicamente expostas”, as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em quaisquer país ou jurisdição, funções públicas proeminentes de nível superior; (...) dd) “Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas”; i) “Qualquer pessoa singular conhecida como proprietária de pessoa politicamente exposta (...)”; ii) “Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora dos direitos de voto de uma pessoa coletiva (...) conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta”; iii) “Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta”.

Titulares de outros cargos políticos ou públicos

São aplicados os mesmos procedimentos descritos no ponto 7.1.1.3 aos titulares de outros cargos político públicos¹⁴.

5.5 BENEFICIÁRIOS EFETIVOS

No estabelecimento de relações de negócio, o Banco procede à recolha da informação sobre a identificação do (s) beneficiário (s) efetivo (s), com o objetivo de assegurar o conhecimento da estrutura de propriedade e de controlo de pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica.

No âmbito da análise e aprovação de contrapartes, tendo por matriz uma abordagem baseada no risco, são efetuadas diligências acrescidas que permitam comprovar a qualidade dos beneficiários efetivos, nomeadamente, através da recolha de organogramas quando as estruturas de propriedade e de controlo se revelam particularmente complexas ou de declarações de *Trust (Trust Agreements)*, dependendo da jurisdição de registo da pessoa coletiva ou do centro de interesses coletivo sem personalidade jurídica.

5.6 ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Considerando que o conhecimento do Cliente e a recolha de informação que o permita não se esgota no momento do estabelecimento da relação de negócio, devendo ser aprofundado e atualizado regularmente, em função do grau de risco atribuído ou sempre que ocorra qualquer evento que o justifique, foram desenvolvidos procedimentos para cumprimento do dever de **atualização da informação**¹⁵. As diligências para atualização de informação são de diferente prioridade e periodicidade e variam em função do grau de risco associado ao cliente, não devendo ser superior a cinco anos a atualização dessa informação para os clientes de baixo risco.

5.7 KNOW YOUR TRANSACTIONS (KYT)

Visando o acompanhamento em permanência do comportamento dos seus clientes, é efetuada a análise do seu perfil transacional, avaliado com base no conhecimento que se detém do cliente, o racional económico subjacente e o seu potencial de risco de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.

¹⁴ Em conformidade com o Artigo 2.º - Definições da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, Alínea gg) “*Titulares de outros cargos político públicos*”, as pessoas singulares que, não sendo qualificadas como pessoas politicamente expostas, desempenhem ou tenham desempenhado, nos últimos 12 meses e em território nacional, algum dos seguintes cargos: i) os cargos enunciados no n.º 3 da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, *Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos*, alterada pelas Leis n.ºs 38/83, de 25 de outubro, 25/95, de 18 de agosto, 19/2008, de 21 de abril, 30/2008, de 10 de julho, e 38/2010, de 2 de setembro, quando não determinem a qualificação do respetivo titular como “*pessoa politicamente exposta*”; ii) *Membros do órgão representativo ou executivo de área metropolitana ou de outras formas de associativismo municipal*.

¹⁵ Em conformidade com o disposto no Artigo 40.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto – Procedimentos de atualização.

A informação quanto à origem e destino dos fundos é recolhida no momento do estabelecimento da relação de negócio, sendo que, complementarmente as transações têm de conter a identificação relativamente ao ordenador e ao beneficiário.

No âmbito de controlos estabelecidos referentes à monitorização transacional, o Banco procede a uma avaliação consubstanciada na análise comparativa de alertas gerados por ferramenta automática de monitorização de contratos, em função de parâmetros específicos, sendo adotadas medidas de diligência reforçada sempre que a natureza da contraparte e/ou o nível de risco inerente, assim o justifique, no contexto da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo.

5.8 COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

O Banco dispõe de políticas e procedimentos internos implementados no que se refere às comunicações de operações suspeitas às autoridades competentes (Procuradoria Geral da República (PGR) e Unidade de Informação Financeira (UIF), em cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes¹⁶.

5.9 COLABORAÇÃO COM AS AUTORIDADES

Decorrentes dos diferentes processos de análise e monitorização e diligência operacional no domínio da prevenção PBCFT, e no exercício dos deveres de comunicação, abstenção e colaboração, as respostas às solicitações das autoridades competentes e setoriais são disponibilizadas de forma completa e percutível, dentro dos prazos por estes estabelecidos¹⁷.

5.10 KNOW YOUR PROCESS (KYP)

Para efeitos de implementação e gestão do Modelo de Risco, encontram-se implementados vários processos transversais com vista à identificação de vulnerabilidades, probabilidades de ocorrência, potenciais impactos e fatores de mitigação dos riscos relacionados, entre outros, com a abertura de conta, atualização de informação e processos operativos de realização de operações bancárias.

Numa ótica de gestão de risco PBCFT, foram instituídas no Departamento de Compliance equipas multidisciplinares de acompanhamento em permanência de clientes e operações classificadas como de risco elevado nas vertentes *KYC/KYT* e *KYP*.

Encontra-se igualmente definido e implementado um processo de avaliação de riscos PBCFT (*Risk Assessments*), bem como procedimentos de monitorização (*backtesting*), de revisão de conteúdos e adequação a novos requisitos legais, regulamentares e de gestão de riscos no contexto PBCFT.

¹⁶ Considerando o disposto no Artigo 43.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto – Comunicação de Operações Suspeitas.

¹⁷ Plasmados nos artigos 43.º, 53.º e 47.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

5.11 APROVAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS – PROCESSO DE *SIGN-OFF*

O Banco dispõe de um processo de *sign-off* prévio à disponibilização de novos produtos e serviços que comercializa, extensível ao GNB e gerido pelo Departamento de Compliance. Este processo estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos que devem ser seguidos, no que se refere à conceção e/ou distribuição de produtos e serviços, visando numa ótica preventiva identificar, avaliar e mitigar os riscos associados, incluindo, na perspetiva de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

5.12 JURISDIÇÕES DE RISCO ACRESCIDO

Tendo em consideração os indicadores de risco associados a jurisdições ou países de risco, disseminadas em documentos publicados por instâncias internacionais de referência, o GNB não pretende estabelecer ou manter relações com clientes ou contrapartes, particulares ou coletivas, situadas em jurisdições que se encontrem designadas em fontes idóneas, tais como os relatórios de avaliação mútua, de avaliação pormenorizada ou de acompanhamento publicados, como não dispondo de sistemas eficazes em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

6 REGIME DE SANÇÕES E MEDIDAS RESTRITIVAS

As medidas restritivas, também designadas por sanções são um instrumento multilateral de natureza político diplomática ou económica, de carácter não punitivo, utilizado por instituições internacionais para exercer influência em matérias como a prevenção e repressão do terrorismo, promoção e defesa dos direitos humanos e das liberdades públicas, dissuasão de eventuais conflitos armados ou a proibição do desenvolvimento de armas de destruição maciça.

Em Portugal, a Lei n.º 11/2002, de 16 de fevereiro, define o regime penal de incumprimento das sanções financeiras ou comerciais impostas por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou regulamento da União Europeia, que determinem restrições ao estabelecimento ou à manutenção de relações financeiras ou comerciais com os Estados, outras entidades ou indivíduos expressamente identificados.

A publicação das Lei n.º 83/2017¹⁸ de 18 de agosto e n.º 97/2017 de 23 de agosto, veio reforçar e intensificar o quadro legal e regulamentar nacional nesta matéria.

¹⁸ Artigo 21.º - Medidas Restritivas; Artigo 18.º - Procedimentos e sistemas de informação em geral; Artigo n.º 169 – Contraordenações e Anexo III – Lista não exaustiva dos fatores e tipos de risco potencialmente mais elevado, n.º 3 – Fatores de risco inerentes à localização geográfica, alínea c) *Países ou jurisdições sujeitos a sanções, embargos ou outras medidas restritivas ou contramedidas adicionais impostas, designadamente, pelas Nações Unidas e pela União Europeia* e d) *Países ou jurisdições que proporcionem financiamento ou apoio a atividades ou atos terroristas, ou em cujo território operem organizações terroristas.*

Por conseguinte, o GNB encontra-se sujeito aos regimes de sanções nacionais e internacionais, nomeadamente os emanados da União Europeia, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da **OFAC** – *Office of Foreign Assets Control*, no que respeite a operações em *USD* e ao alcance das sanções secundárias (extraterritoriais), quando aplicáveis.

Os sistemas de filtragem instituídos incorporam de forma automática as alterações de nomes de pessoas e entidades constantes em listas de sanções e medidas restritivas aprovadas por Organizações Internacionais.

Embora as alterações provenientes das mencionadas listas tenham repercussão automática nos filtros, o Departamento de Compliance instituiu um procedimento de controlo adicional efetuado manualmente e por amostragem, com vista a conferir maior segurança operacional aos procedimentos de filtragem instituídos.

Considerando ainda a mutação de registos e regime de sanções internacionais, e sempre que tal se revele de utilidade para efeitos de esclarecimento e segurança operacional PBCFT, são efetuadas consultas às autoridades nacionais competentes¹⁹, incorporando-se as respetivas recomendações interpretativas na matéria. Sempre que aplicável, e, visando a melhor definição dos padrões de ação comercial são igualmente disseminadas tais recomendações pelas funções de primeira linha de defesa por via da sua publicação na intranet do Banco.

6.1 WOLFSBERG AML QUESTIONNAIRE

O Banco segue os princípios constantes no Wolfsberg AML Questionnaire relativos à PBCFT. O documento encontra-se publicado no site institucional: www.novobanco.pt.

6.2 USA PATRIOT ACT CERTIFICATE

Em conformidade com o “*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act 2001 (USA Patriot Act)*”, pode ser requerido ao NB que forneça, sempre que necessário, a *Certification Regarding Accounts for Foreign Banks*.

O *USA Patriot Act* encontra-se publicado no site institucional: www.novobanco.pt.

7 FORMAÇÃO

A intervenção junto da primeira linha de defesa é uma matriz estratégica de ação relativamente a fenómenos de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo. Neste âmbito, estão estabelecidos ciclos de formação anuais, através da plataforma de *e-learning*, para todos os colaboradores do Banco, sujeitos a certificação final.

¹⁹ Ministério dos negócios estrangeiros e Ministério das Finanças.

Adicionalmente, são realizadas sessões de formação presenciais nas áreas mais expostas ao risco PBCFT, promovendo-se também a atualização de conhecimentos e formação específicos aos colaboradores e quadros técnicos na função de prevenção e deteção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

8 CÓDIGO DE CONDUTA, POLÍTICAS DE CONFLITO DE INTERESSES, PARTES RELACIONADAS E ANTICORRUPÇÃO²⁰

O Departamento de Compliance do GNB promove junto de todas as suas entidades e colaboradores, o cumprimento das exigências legais, regulamentares, estatutárias, operacionais, tutelares, éticas e de conduta aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e pelo normativo legal a que se encontram sujeitos, pautando a sua atuação pela máxima integridade, honestidade, diligência, competência, transparência e neutralidade.

Para este efeito, promoveu a divulgação, junto do GNB e dos seus colaboradores, do Código de Conduta, da Política de Conflitos de Interesses, da Política de Partes Relacionadas, do Regulamento de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*)²¹ e da Política de Anticorrupção²².

O Código de Conduta dispõe de capítulo específico no que concerne às obrigações para efeitos da prevenção e deteção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, com enfoque nos procedimentos instituídos de identificação de clientes e acompanhamento da relação de negócio, análise das operações realizadas no decurso da mesma e verificação da respetiva conformidade com a informação previamente obtida e o conhecimento do cliente, atendendo, entre outros fatores, a alterações significativas dos padrões de movimentação da conta e a consistência entre as transações efetuadas e o perfil do cliente.

Complementarmente, visando o acompanhamento em permanência do comportamento dos seus clientes, é igualmente efetuada a análise do seu perfil transacional na ótica do risco de mercado, de modo a detetar potenciais situações de *insider trading* e abuso de informação privilegiada, conflitos de interesse, corrupção, incentivos recebidos (*“Gift Policy”*), ética e conduta.

²⁰ O Código de Conduta, a Política de Conflito de Interesses e a Política de Partes Relacionadas encontram-se disponíveis no sítio da internet do NB <https://www.novobanco.pt/site/cms.aspx?plq=3AE91E8E-AAFB-4BD0-8C6A-07823384AEE3>.

²¹ Aprovada pelo Conselho de Administração do NB em maio de 2016. A sua divulgação pelos colaboradores será efetuada até dezembro de 2017, em virtude da receção do parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados ter sido rececionado em setembro de 2017.

²² A submeter a aprovação da Conselho Geral e de Supervisão / Comité Compliance até dezembro de 2017.

9 ACOMPANHAMENTO DE SUCURSAIS E SUBSIDIÁRIAS

No contexto da prevenção e branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, encontram-se definidas políticas e procedimentos (*“Compliance Policies and Guidelines for NB Group financial entities”*) que asseguram a conformidade com a legislação nacional matriz, aplicando-se os mesmos princípio definidores, parâmetros de ação e de diligência da função *Compliance*.

9.1 APLICAÇÃO ÀS ENTIDADES DO GRUPO NOVO BANCO

O Novo Banco promove junto das suas Subsidiárias a adoção dos princípios definidores, parâmetros de ação e de diligência instituídos pelas presentes políticas, com a aprovação pelos respetivos órgãos de administração.

9.2 MODELOS DE ARTICULAÇÃO

Complementarmente, com vista a uma clara definição de responsabilidades e forma de funcionamento entre as áreas de *Compliance* das diversas estruturas (Sucursais e Subsidiárias) do GNB, encontram-se definidos Modelos de Articulação bilaterais sujeitos a ação de revisão periódica e acompanhamento por unidade específica integrada no Departamento de *Compliance*.

10 CONSERVAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Os documentos originais, cópias, referências ou quaisquer outros suportes duradouros, disponibilizados pelos clientes ou contrapartes relacionadas no âmbito processo de identificação e diligência, bem como quaisquer documentos, registos de operações ou análises de suporte que evidenciem o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, são conservados por um período de sete anos após o momento do processo de identificação, da execução da operação e após o término da relação comercial.

11 PROTEÇÃO DE DADOS

A prevenção e o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo são expressamente reconhecidos como um domínio de proteção de um interesse público, incluindo no que se refere aos tratamentos de dados pessoais efetuados com base na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto²³, bem como referenciado no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado no Parlamento Europeu em 27 de abril de 2016 e com aplicação obrigatória a 25 de maio de 2018 em todos os Estados Membros da União Europeia, substituindo em Portugal a Lei n.º 67/98²⁴ de 26 de outubro (transposição da Diretiva n.º 95/46/CE).

²³ Conforme disposto no Artigo 57.º - Objeto e finalidade da citada Lei.

²⁴ Lei da Proteção de Dados Pessoais.

12. CONTROLO INTERNO E AUDITORIAS

No complemento da função de controlo exercida pela terceira linha de defesa (Auditoria Interna) e no âmbito da avaliação sistemática da eficácia ao Sistema de Controlo Interno do GNB, são realizados anualmente testes de efetividade ao Processo de Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo²⁵.

A conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, no âmbito das funções de controlo do Departamento de Compliance é igualmente avaliada, nos termos e periodicidade previstos, por Auditores Externos, sendo objeto de parecer específico e informação à autoridade de supervisão, incluindo nos correspondentes relatórios anuais de atividade na função de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo²⁶.

13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO SETORIAIS

A participação em reuniões e grupos de trabalho setoriais (Associação Portuguesa de Bancos (APB), Unidade de Informação Financeira (UIF) e *International Chamber of Commerce (ICC)* é igualmente matriz do GNB que se pretende incentivar e continuar a dar cumprimento enquanto geradora de conhecimento e partilha de boas práticas no âmbito da PBCFT.

14. PROPRIEDADE, INTERPRETAÇÃO, VALIDADE E REVISÃO PERIÓDICA

A aprovação deste documento encontra-se adstrita ao órgão de administração do Novo Banco, S.A.

A interpretação e adequação dos seus conteúdos correspondem ao Comité Compliance.

O seu conteúdo e adequação deverão ser revistos periodicamente, e sempre que se verifiquem alterações legais e regulamentares ou outras consideradas relevantes na função de controlo do risco de BCFT.

Para qualquer esclarecimento sobre as presentes Políticas deve ser contactada a Unidade de Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais do Departamento de *Compliance*.

²⁵ A metodologia utilizada pelo DAI tem por base os Testes de Efetividade requeridos pela alínea d) do Artigo n.º 44 do Aviso do BdP n.º 5/2013, definidos para aplicação das medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo prevista na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

²⁶ Nos termos do estabelecido no Aviso do BdP n.º 9/2012, de 17 de maio, que aprova o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (RPB), estabelecendo o seu preenchimento anual e envio ao BdP através do sistema BPnet.

15. GESTÃO DE ALTERAÇÕES

<i>Versão</i>	<i>Data</i>	<i>Responsável</i>	<i>Descrição</i>	<i>Validação</i>	<i>Aprovação</i>	<i>Motivo da revisão</i>
V1.0	16/11/2017	DCOMPL PDBC	Políticas de Gestão de Riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	<i>Compliance Officer / Money Laundering Reporting Officer (MLRO)</i>	Aprovado em CAE a 06/12/2017	

ANEXOS

LISTA DOS PAÍSES NÃO COOPERANTES DIVULGADA PELO FATF/GAFI²⁷

O GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA (GAFI) atua no sentido de identificar jurisdições que apresentem deficiências estratégicas em matéria de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e, que ainda não efetuaram progressos suficientes na ultrapassagem dessas deficiências e/ou não acordaram com o GAFI um plano de ação para esse efeito.

Neste contexto, o GAFI emite três vezes por ano “Comunicados” com a identificação das jurisdições consideradas de “alto risco” e “não cooperantes”²⁸.

De acordo com o último comunicado, divulgado na sequência da **reunião plenária de 3 de novembro de 2017**, foram identificadas as seguintes jurisdições:

FATF PUBLIC STATEMENT		IMPROVING GLOBAL AML/CTF COMPLIANCE		
Jurisdições sujeitas à aplicação de contramedidas	Jurisdições sujeitas a uma ponderação dos riscos a elas associados	Jurisdições sujeitas a processo de monitorização e que não efetuaram progressos	Jurisdições sujeitas a um processo de monitorização	Jurisdições que saíram do processo de monitorização
Reunião Plenária 21 a 23 de junho 2017 República Democrática da Coreia (Coreia do Norte)	República Islâmica do Irão	----	Bósnia-Herzegovina, Etiópia, Iraque, Sri Lanka, Síria, Trindade e Tobago, Tunísia, Vanuatu e Iémen	Uganda

A informação exposta no quadro em apreço, deverá ser confirmada no endereço eletrónico indicado na nota 23, face às atualizações periódicas dos comunicados emitidos pelo FATF/GAFI.

²⁷ Divulgada por Carta-Circular do BdP.

²⁸ Comunicados disponíveis para consulta no endereço eletrónico “[http://www.fatf-gafi.org/publications/high-riskandnon-cooperativejurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc\(fatf_releasedate\)](http://www.fatf-gafi.org/publications/high-riskandnon-cooperativejurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc(fatf_releasedate))”, onde consta o histórico das “jurisdições de elevado risco e não cooperantes” que, ao longo dos anos foram sendo identificadas.

LISTA DE PAÍSES, TERRITÓRIOS E REGIÕES COM REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA CLARAMENTE MAIS FAVORÁVEIS²⁹

- Andorra
- Anguilha
- Antígua e Barbuda
- Antilhas Holandesas
- Aruba
- Ascensão
- Bahamas
- Bahrain
- Barbados
- Belize
- Ilhas Bermudas
- Bolívia
- Brunei
- Ilhas do Canal (Alderney, Guernesey, Great Stark, Herm, Little Sark, Brechou, Jethou e Lihou)
- Ilhas Cayman
- Ilhas Cocos e Keeling
- Ilhas Cook
- Costa Rica
- Djibouti
- Dominica
- Emiratos Árabes Unidos
- Ilhas Falkland ou Malvinas
- Ilhas Fiji
- Gâmbia
- Grenada
- Gibraltar
- Ilha de Guam
- Guiana
- Honduras
- Hong Kong
- Jamaica
- Ilhas de Queshm
- Ilha de Kiribati
- Koweit
- Labuán
- Líbano
- Libéria
- Liechestein
- Ilhas Maldivas
- Ilhas Marianas do Norte
- Ilhas Marshall
- Maurícias
- Mónaco
- Monserrate
- Nauru

²⁹ Conforme Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de dezembro (alteração à Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, com eliminação do âmbito de aplicação das jurisdições de Jersey, Ilha de Man e Uruguai).

- Ilhas Natal
- Ilha de Niue
- Ilha de Nortfolk
- Sultanato de Oman
- Ilhas do Pacífico não compreendidas no restante elenco
- Ilhas Palau
- Panamá
- Ilha de Pitcairn
- Polinésia Francesa
- Porto Rico
- Quatar
- Ilhas Salomão
- Samoa Americana
- Samoa Ocidental
- Ilha de Santa Helena
- Santa Lúcia
- São Cristóvão e Nevis
- São Marino
- Ilha de São Pedro e Miguelon
- São Vicente e Grenadinas
- Seychelles
- Suazilândia
- Ilhas Svalbard (arquipélago Spitsbergen e ilha Bjornoya)
- Ilha de Tokelau
- Tong

ANEXO III DA LEI N.º 83/ 2017, DE 18 DE AGOSTO³⁰ - LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS ELEVADO, EM ACRÉSCIMO ÀS SITUAÇÕES ESPECIFICAMENTE PREVISTAS NA PRESENTE LEI

1 – Fatores de risco inerentes ao cliente:

- a) Relações de negócio que se desenrolem em circunstâncias invulgares;
- b) Clientes residentes ou que desenvolvam atividade em zonas de risco geográfico mais elevado, apuradas de acordo com o n.º 3 do presente anexo;
- c) Pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica que sejam estruturas de detenção de ativos pessoais;
- d) Sociedades com acionistas fiduciários (*nominee shareholders*) ou que tenham o seu capital representado por ações ao portador;
- e) Clientes que prossigam atividades que envolvam operações em numerário de forma intensiva;

³⁰ [a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 36.º] - Artigo 36.º - Medidas Reforçadas, n.º 5 – “Na análise dos riscos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo que devem motivar a adoção de medidas reforçadas, as entidades obrigadas e as autoridades setoriais ponderam especialmente: a) As situações indicativas de risco potencialmente mais elevado enumeradas no anexo III à presente lei, da qual faz parte integrante”.

- f) Estruturas de propriedade ou de controlo do cliente que pareçam invulgares ou excessivamente complexas, tendo em conta a natureza da atividade prosseguida pelo cliente.

2 – Fatores de risco inerentes ao produto, serviço, operação ou canal de distribuição:

- a) Private banking;
- b) Produtos ou operações suscetíveis de favorecer o anonimato;
- c) Pagamentos recebidos de terceiros desconhecidos ou não associados com o cliente ou com a atividade por este prosseguida;
- d) Novos produtos e novas práticas comerciais, incluindo novos mecanismos de distribuição e métodos de pagamento, bem como a utilização de novas tecnologias ou tecnologias em desenvolvimento, tanto para produtos novos como para produtos já existentes.

3 – Fatores de risco inerentes à localização geográfica

- a) Países identificados por fontes idóneas, tais como os relatórios de avaliação mútua, de avaliação pormenorizada ou de acompanhamento publicados, como não dispendo de sistemas eficazes em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, sem prejuízo do disposto na presente lei relativamente a países terceiros de risco elevado;
- b) Países ou jurisdições identificados por fontes credíveis como tendo um nível significativo de corrupção ou outras atividades criminosas;
- c) Países ou jurisdições sujeitos a sanções, embargos, outras medidas restritivas ou contramedidas adicionais impostas, designadamente, pelas Nações Unidas e pela União Europeia;
- d) Países ou jurisdições que proporcionem financiamento ou apoio a atividades ou atos terroristas, ou em cujo território operem organizações terroristas.